

PERFIL SOCIOECONÔMICO E O COMPORTAMENTO ELEITORAL DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES PARA PREFEITO (2013-2014)

BRUNO SOUZA GARCIA¹;
Dr. ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Mestrando em Ciência Política - Universidade Federal de Pelotas – br.sgarcia@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se fundamenta no projeto de pesquisa “**Eleições suplementares para Prefeito (2013-2014): Mapeamento do perfil socioeconômico dos municípios em que elas ocorreram e do comportamento de seus eleitores**”, que vem sendo executado na linha de Processos políticos: atores e instituições do Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGCPol) – UFPel e que conta com financiamento da Fapergs.

Em outubro de 2012 ocorreram as mais recentes eleições ordinárias ou regulares do país para a escolha de prefeitos e de vereadores. Na ampla maioria dos municípios as eleições transcorreram dentro dos padrões de normalidade e dos critérios previstos pela legislação vigente e pelas resoluções da Justiça Eleitoral. Porém, passado certo tempo, surgiu um fato inusitado, que provoca inquietação e merece atenção: alguns municípios começaram a ter novos pleitos, denominados eleições suplementares, quando os eleitores retornam às urnas para mais uma vez escolher o titular do executivo local; enquanto em outros, a imensa maioria, a votação continuou a valer e não houve essa necessidade.

As eleições suplementares dos anos de 2013 e de 2014 em municípios brasileiros foi a temática selecionada para o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa. Inicialmente é essencial definir que tal fenômeno se evidencia como consequência de uma decisão da Justiça Eleitoral. A necessidade dessa ocorrência surge como resultado da anulação de mais da metade dos votos atribuídos, conforme determina o art. 224 do Código Eleitoral de 1965. E a anulação dos votos é decorrência da incursão de situações particulares de um determinado pleito nas previsões legais que a ensejam, normalmente associadas à cassação de candidatura ou de diploma após a realização da votação ou, ainda, à impugnação de mandato do eleito.

A problemática do estudo se origina das eleições municipais 2012 anuladas e busca questionar o perfil socioeconômico e demográfico dos municípios que tiveram eleições suplementares em 2013 e em 2014, e quais modificações no comportamento de seus eleitores e dos partidos envolvidos na disputa podem ser verificadas na comparação entre o pleito anulado e o suplementar?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar se as eleições suplementares estão relacionadas com um determinado perfil socioeconômico dos municípios, e, concomitantemente, como afetam o comportamento político dos eleitores dessas localidades e dos partidos nela organizados.

A pesquisa se justifica pela relevância do tema a ser estudado, pela ausência de dados coletados e sistematizados acerca do conjunto de eleições suplementares realizadas no país, assim como pela carência de trabalhos acadêmicos que as abordem como um fenômeno político concreto. Na mesma perspectiva, o estudo é viável e exequível, pois os dados necessários à realização da investigação são públicos e se encontram à disposição no site da Justiça Eleitoral (especialmente do

Tribunal Superior Eleitoral, TSE) e em outras fontes de informação, como, por exemplo: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o AtlasBrasil.

O projeto assume as características de um estudo não só empírico, mas também exploratório, porque, apesar de insistentes buscas em bancos de teses e de dissertações (Capes, IBC), portais de revistas acadêmicas (Scielo; Portal de Periódicos da Capes); periódicos científicos eletrônicos isolados e em mecanismos de busca na internet (Google; Google Acadêmico), não foi possível encontrar investigações com tal foco e tampouco estudos sistemáticos sobre as eleições suplementares realizadas, com uma honrosa exceção (ZALAMENA, 2013).

As contribuições acadêmicas que foram identificadas se referem a fenômenos correlatos e antecedentes à “eleição suplementar”, caso de: anulação, anulabilidade e nulidade de votos, de votação e de eleição (CHAVES, 2009; SALES, 2008; PESSOA, 2012; GUEIRAL, 2013; BRAMRAITER, 2013). Contudo, tais estudos parecem considerar que, quando a repetição do processo eleitoral se torna inevitável, a questão está resolvida e, portanto, não há mais nada a analisar. Na mesma medida, foram encontrados estudos de poder local, centrados na realidade política de determinados municípios, nos quais há a referência inevitável à eleição suplementar ocorrida nessas localidades, mas não a análise em torno do fenômeno propriamente dito, e sim de outros fatores a ele associados, como a cobertura da imprensa (CERVI et al., 2011; SOUZA; SOUZA, 2010; SILVA, 2010).

2. METODOLOGIA

A pesquisa consiste em uma abordagem exploratória, precipuamente, empírica com apoio da escassa bibliografia existente sobre o tema. O objeto de estudo dessa pesquisa parte do recorte preestabelecido, tendo sido identificados 93 municípios que tiveram eleições suplementares. A delimitação das variáveis a serem analisadas, estão distribuídas em três campos: I. Perfil socioeconômico do município que teve o pleito anulado e realizou eleição suplementar; II. Perfil do comportamento dos partidos políticos envolvidos na disputa; III. Perfil de comportamento dos eleitores desses municípios na comparação entre o pleito suplementar e o anulado. Essa escolha foi definida pela disponibilidade de informações, devidamente confiáveis, alusivas a tais variáveis, assim como à capacidade que elas teriam de atender os objetivos propostos.

Logo, no que se refere ao campo I, foram elencadas as seguintes variáveis: (a) Tamanho da população; (b) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - (2010); (c) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Educação (2010); (d) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Renda - (2010); (e) Renda Per Capita - (2010); (f) Taxa de Urbanização - (2010); (g) Matriz econômica local.

As fontes para esses dados foram coletadas ou estão disponíveis nos sites: AtlasBrasil.org, IBGE-Cidades, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), sendo decidido que as categorias e os parâmetros a serem trabalhadas em cada variável seriam aquelas adotadas pelas instituições que servem como fonte.

O campo II se subdividiu em três categorias analíticas: (a) candidatos (indivíduos e cargo a que concorreram); (b) partidos concorrentes; (c) coligações. Todas as informações estão disponíveis no site do TSE.

O campo III, por sua vez, está distribuído em sete categorias analíticas: (a) eleitorado apto; (b) abstenção; (c) votos em branco; (d) votos nulos; (e) votos inválidos; (f) resultado eleitoral; (g) reeleição. As informações estão disponíveis nos

bancos de dados do TSE e, subsidiariamente, dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).

A documentação recolhida será sistematizada em planilhas do programa Excel, organizadas em grupos, de acordo com a descrição acima, para que seja efetuada a análise na próxima fase da pesquisa.

A análise dos dados será feita a partir do cruzamento dos grupos de variáveis para obtenção de informações que configurem ou permitam configurar a identificação de padrões majoritários ou de tendências que delimitem esses perfis. O programa selecionado para efetuar análise é o SPSS, o qual se considera o mais adequado para realizar tais comparações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento atual do estudo se efetuou uma pesquisa pré-exploratória, que identificou os 93 municípios no qual tiveram as eleições suplementares utilizando os dados obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na segunda etapa do trabalho, foram coletados os dados estatísticos sobre o perfil socioeconômico dos municípios selecionados, respeitando as categorias preestabelecidas; e, ao mesmo tempo recolheram-se as informações sobre o perfil de comportamento dos eleitores desses municípios e dos partidos políticos na comparação entre o pleito suplementar e o anulado.

Por fim, a terceira e última etapa do estudo será realizada a posteriori a análise das informações obtidas durante a pesquisa no programa SPSS.

4. CONCLUSÕES

Nesse ponto da pesquisa foram levantadas algumas hipóteses em relação ao trabalho. Os municípios brasileiros que realizaram eleição suplementar em 2013 e em 2014 para prefeito apresentam o seguinte perfil socioeconômico e demográfico: são de micro e pequeno porte; estão situadas no interior do país e fora dos eixos metropolitanos; possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) considerado médio e IDH-Educação baixo; não têm a economia baseada no setor industrial, o destaque reside na atividade primária, agregado ao setor terciário (serviços). Em relação às modificações no comportamento de seus eleitores e dos partidos podem ser verificadas na comparação entre o pleito suplementar e o anulado que: o número de candidatos se reduz; participam os mesmos partidos políticos e as mesmas coligações; o número de eleitores aptos a votar é menor; a taxa de abstenção é maior na eleição; há um menor percentual de votos brancos; o percentual de votos nulos é menor; a quantidade de votos inválidos é menor; predomina a reeleição, ou seja, a realização da eleição suplementar não altera o resultado atingido no pleito anulado.

Porém, alerta-se que as hipóteses supracitadas foram levantadas a partir dos dados recolhidos durante a pesquisa exploratória sem a devida análise, cruzamento e comparação das informações. Esses apontamentos iniciais podem sem modificados conforme o processo de análise for sendo realizado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Flávio. **A Distinção entre eleição suplementar e renovação de eleição.** São Luís, fev. 2009. Disponível em:<<http://adrianosoaresdacosta.blogspot.com.br/2009/03/eleicao-suplementar-e-renovacao-de.html>>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- BRAMRAITER, Juliana. Os Reais efeitos do voto nulo na atualidade e seu reflexo para o regime da democracia representativa no Brasil. **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, a.7, n.7, p.61-93, 2013.
- CHAVES, Ângelo Harrison Queiroz. **Anulação de votos pela Justiça Eleitoral e aplicação do art. 224 do Código Eleitoral: uma análise à luz do princípio da soberania popular.** 2009. 64f. Monografia (Especialização em Direito e Processo Eleitoral) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza.
- CERVI, Emerson Uruzzi et al. A ‘Política’ nos jornais durante período eleitoral: uma perspectiva da cobertura jornalística nas eleições municipais de 2008 em três grandes municípios do interior do Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.11, n.2, p.225-236, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/902/2547>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- GUEIRAL, Guilherme Delfino. **Nulidade e anulabilidade de votos e das eleições: uma releitura principiológica.** 2013. 83f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas/CCJ, Florianópolis.
- SALES, José Edvaldo Pereira. Votos nulos, nulidade da eleição e nova eleição. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n.1842, 17 jul. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11506>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- PESSOA, Jully Anne Bezerra. **Nulidade das eleições: interpretação do artigo 224 do Código Eleitoral à luz da jurisprudência.** 2012, 30f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.
- SOUZA, Florentina das Neves; SOUZA, Thais Bernardo de. O Silêncio dos telediscursos nas eleições municipais: Um estudo da cobertura do telediscourse no 3º Turno em Londrina. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, 2 a 6 set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0288-1.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- SILVA, Marcus Cardoso. Militâncias e eleitorado em Campos dos Goytacazes: entre clãs, tribos e republicanismo. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v.12, n.3, p. 59-69, set.-dez. 2010.
- ZALAMENA, Juliana Costa Meinerz. **Judicialização, competição política local e eleições municipais no Rio Grande do Sul.** 2013, 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.